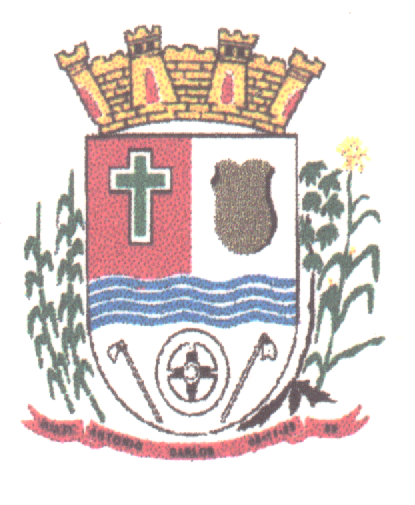
#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta, 10, Centro

Telefone: 48 3272.8600 – 3272 8617

E-mail: licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br



**PROCESSO LICITATÓRIO N.68/2019**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.06/2019**

**MIRLENE MANES**, presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Inexigibilidade de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

**CONSIDERANDO** que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, solicitou através do expediente n. 29/2019, a “abertura de processo licitatório para criação, confecção e entrega de escultura de Raulino Reitz”.

**CONSIDERANDO** que a escultura ficará alocada na Praça Anchieta, sendo que o homenageado, que completaria 100 anos em 19 de setembro, teve reconhecimento além das divisas do Município, como se verifica de breve acervo biográfico elaborado pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina:

“Raulino Reitz nasceu em 19 de setembro de 1919, em Antônio Carlos, SC e faleceu dia 19 de novembro de 1990 aos 71 anos de idade. Dedicou grande parte de sua vida ao levantamento da flora catarinense. Descobriu para a ciência universal cinco gêneros e 327 espécies novas desconhecidas pela ciência. Coletou 30.073 plantas e emprestou seu nome a 03 gêneros novos e 59 espécies de plantas.

Em 22 de junho de 1942 fundou o Herbário "Barbosa Rodrigues" que hoje conta com uma coleção de aproximadamente 70.000 exsicatas.

Seus trabalhos de pesquisa atingiram as áreas de Botânica, Zoologia, Genealogia e História. Sobre estes assuntos publicou 45 livros e 114 artigos científicos. Foi Editor da Revista Sellowia, iniciada em 1949, periódico de botânica sul-brasileiro. Idealizou e editorou a Flora Ilustrada Catarinense com 150 famílias impressas em 172 fascículos num total 12.500 páginas.

Idealizou, sugeriu e promoveu a regulamentação para que a orquídea (Laelia purpurata) e a imbuia (Ocotea Porosa) fossem a flor e a árvore símbolos do Estado de Santa Catarina.

Criou e implantou no dia 08 de abril de 1961 o Parque Botânico do Morro Baú, em Ilhota/SC, com 750 hectares. Neste mesmo sentido, através de exposição e anteprojetos, participou diretamente na criação das unidades de conservação catarinenses: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (1975); Parque Estadual da Serra Furada (1980); das Reservas Biológicas do Sassafrás (1977); do Aguaí e da Canela Preta (1980); das Estações Ecológicas dos Carijós, na Ilha de Santa Catarina; dos Timbés, nos municípios de Timbé do Sul e Meleiro; da Babitonga, nos municípios de Garuva, Joinville, Araquari e São Francisco do Sul.

Desempenhou os cargos de: Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1971-1975), Diretor da Fundação do Meio Ambiente - FATMA de 1976 a 1983.

Entre vários prêmios recebidos pelos relevantes trabalhos realizados em favor do meio ambiente foi também agraciado com o Prêmio Global 500, concedido pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), na Cidade do México, em 05 de junho de 1990, dia Mundial do Meio Ambiente.”

**RESOLVE:** Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

**OBJETO: “criação, confecção e entrega de uma escultura do padre Raulino Reitz em cimento e ferro. com altura de 1,85 metros, impermeabilizada, na cor cinza, para ser alocada, pelo contratado, na Praça Anchieta, no município de Antônio Carlos.”**

**FUNDAMENTO LEGAL**: ARTIGO 25, INCISO III, LEI N. 8.666/1993.

A contratação direta pretendida, na hipótese de inexigibilidade de licitação, é perfeitamente possível, eis que encontra fundamento factual e legal.

Senão vejamos:

A Constituição da República impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cuja finalidade - em termos simplórios - é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.

Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Tal princípio – o da licitação, por ser regra, deve ser lido da forma mais extensível quanto possível, ao passo que as exceções devem ser lidas e interpretadas de forma restritiva. Assim manda a boa hermenêutica por meio do enunciado da interpretação restritiva das regras de exceção. Na prática, licitar sempre quando possível, contratar sem licitação somente quando estritamente necessário.

Entretanto, a Carta Magna prevê expressamente a existência de casos que excepcionam o dever de licitar. São os casos das licitações tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis.

A contratação ora sob análise se amolda à hipótese de inexigibilidade de licitação, eis que se subsume à hipótese do art. 25, III da Lei n.º 8.666/1993.

Visa-se a aquisição de peça artística confeccionadas por artista indubitavelmente consagrado que, no caso, tanto o é pela crítica especializada como também pela opinião pública.

Diante da subjetividade que permeia a contratação inferimos que não há parâmetros objetivos hábeis a autorizar disputa em âmbito concorrencial. Diante disso impõe-nos afirmar que a licitação, in casu, não é possível.

Marçal Justen Filho ensina que nestes casos:

“Torna-se inviável a seleção através de licitação, eis que não haverá critério objetivo de julgamento. Será impossível identificar um ângulo único e determinado para diferenciar as performances artísticas. Dai a caracterização da inviabilidade de competição.”

Isso porque a atividade artística consiste em emanação direta da personalidade e da criatividade humana e nessa medida é impossível verificar-se a identidade de atuações entre possíveis concorrentes.

“A arte é personalíssima, não se podendo sujeitar a fatores objetivos de avaliação. A Administração, na hipótese, pode firmar diretamente o contrato”. (José dos Santos Carvalho Filho in Manual de Direito Administrativo, 22ª ed. Editora Lumen Juris. 2009. P. 258.)

Nesse diapasão segundo a Lei Federal n.º 8.666/1993:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: [...] III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Forçar a Administração Pública a realizar licitação, nestes casos, resultaria em prejuízos financeiros e em violação direta ao princípio da economicidade. O procedimento resultaria inútil e contrário ao interesse do Poder Público e, no ponto, não se olvide os altos custos dispendidos pela Administração toda vez que realiza licitações, seja com a mobilização do aparato técnico ou administrativo que utiliza para levar a cabo o procedimento.

Imaginemos que lançássemos mão de licitação na modalidade concurso para prover a necessidade pública a ser satisfeita. Quais seriam os parâmetros objetivos que poderíamos elencar no instrumento convocatório a fim de garantir a isonômica participação de – frise-se – possíveis artistas?

Ademais, a aquisição da obra artística não se dá única e exclusivamente em razão da peça de per si, mas também em virtude da carga valorativa cultural que a peça encerra; e aí, nesse ponto em particular, o fator reconhecimento sobreleva-se à importância basilar, que condiciona a escolha do contratado, de modo a torná-la tão subjetiva que não se coadunaria sequer com a modalidade licitatória comumente aplicada a escolha de produtos artísticos.

Celso Antônio Bandeira de Mello, citado por Marçal Justen Filho, ao analisar o caput do art. 25, com a costumeira precisão, ensina:

“Em suma: sempre que se possa detectar uma induvidosa e objetiva contradição entre o atendimento a uma finalidade jurídica que incumba à Administração perseguir para o bom cumprimento de seus misteres e a realização de certame licitatório, porque este frustraria o correto alcance do bem jurídico posto sob sua cura, ter-se-á de concluir que está ausente o pressuposto jurídico da licitação e se, esta não for dispensável com base em um dos incisos do art. 24, deverá ser havida como excluída com supedâneo no art. 25, caput.”

E arremata o saudoso Hely Lopes Meirelles:

“casuísmos e a inépcia do legislador não podem ser invocados para impor o procedimento licitatório quando este se mostrar absolutamente incompatível com a orientação pretendida pela Administração”

Diante do contexto factual, não seria viável lançar mão de licitação porque indubitavelmente estamos diante da ausência do seu pressuposto lógico. E mesmo que não lhe faltasse tal premissa, a doutrina é pacífica em reconhecer que a inexigibilidade abrange também os casos em que a contratação necessária a satisfazer a necessidade estatal é incompatível com a natureza do procedimento licitatório, o que seria suficiente para proceder-se a inexigibilidade.

**CONTRATADA: KARL GUENTHER THEICHMANN 60829710949, inscrita no CNPJ nº 608.297.109-49, com endereço a Rua Medeiros, 557, São Pedro, Brusque/SC.**

**VALOR TOTAL:** R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), a serem pagos a serem pagos em duas parcelas de 3.400,00 (três mil e quatrocentos) sendo a primeira na entrega do protótipo do objeto, e 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) e a segunda na entrega final do objeto.

**PRAZO:** O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses.

**FUNDAMENTO DA DESPESA:** As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

(199) 443.90.00.00.00.00.00.0.3.00

(28) 443.90.00.00.00.00.00.0.1.00

Antônio Carlos/SC, 17 de junho de 2019.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**MIRLENE MANES**

**Presidente da Comissão de Licitações**